



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 102 /2007

2ª CÂMARA

SESSÃO DE 8/12/06

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/001328/2006

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200602753

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATORA: VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

**EMENTA: ICMS – MERCADORIA EM TRÂNSITO –
TERMINAL DE CARGAS DOS CORREIOS - TRANSPORTE
DE MERCADORIA DESACOMPANHADA DE
DOCUMENTAÇÃO FISCAL – PROCEDÊNCIA.** Consoante o
art. 140 do Dec. nº 24.569/97 o transportador não poderá
aceitar para despacho mercadoria desacompanhada da
documentação fiscal exigida pela legislação. Decisão
amparada no Parecer/PGE 34/97 e na Norma de Execução n.
07/99. Penalidade inserta no art. 123, III, "a" da Lei nº
12.670/96 com redação dada pela Lei nº 13.418/03. Recurso
Voluntário conhecido e desprovido, para confirmar a decisão
condenatória proferida em 1ª Instância. Decisão por
unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Relata o Agente Fiscal na sua inicial que, em fiscalização de praxe no terminal de cargas da ECT, constatou-se a existência de um (1) volume contendo uma (1) cassiopéia fiva, desacobertada de documentação fiscal. O Auto de Infração foi lavrado com base no Parecer 34/99 da PGE e Norma de Execução 07/99 da Sefaz.

Indica como dispositivo legal infringido o art. 140 do Dec. nº 24.569/97. Como penalidade sugere o art. 123, III, "a", da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 13.418/03.

Certificado de Guarda de Mercadorias, Consulta de Auto de Infração e Termo de Revelia estão acostados às fls. 03/06.

Defesa Administrativa interposta pela Empresa de Correios e Telégrafos às fls. 07/14 argumentando que a empresa não atua no campo de prestação de serviços como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas com a execução de serviço postal (público) inerente à União. Alega, ainda, que não é transportadora e nem de transportes são os serviços que presta, consistindo a movimentação diuturna da carga postal exclusivamente o meio pelo qual seus fins são alcançados. Que a competência para quaisquer cobranças de tributos pela atividade que presta é de competência da União e não do Estado. Requestou pelo acolhimento da defesa e arquivamento do processo administrativo.

A decisão do insigne Julgador Monocrático, às fls. 24/27, resultou na procedência da autuação, sujeitando o autuado a recolher o valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).

Recurso Voluntário às fls. 30/36 reiterando os argumentos expendidos em sua peça defensiva, pleiteando em grau de preliminar a nulidade do feito fiscal e no mérito a improcedência.

A Consultoria Tributária às fls. 40/42, em Parecer de nº 608/2006, opinou, pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e confirmar a procedência do auto de infração, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado que adotou o Parecer às fls. 43.

É o RELATÓRIO.

VOTO DO RELATOR

A lide teve como objeto a acusação de que a autuada transportava mercadoria em situação fiscal irregular, ou seja, desacompanhada de documento fiscal.

De certo, a legislação tributária estadual determina a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal pelo remetente com o fito de permitir o conhecimento e o controle pelo Fisco das operações realizadas, a fim de se efetuar a cobrança do ICMS, caso devido.

Desta forma, prevê o art. 830 do Decreto nº 24.569/97 a retenção da mercadoria que se encontre desacompanhada da respectiva documentação fiscal e o dever de o autuante constituir o crédito tributário mediante a lavratura do presente auto de infração. Trata-se de uma determinação taxativa.

No presente caso, o auto de infração foi lavrado em desfavor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em face da sua obrigatoriedade, atribuída pelo art. 140 do RICMS, de exigir do emitente das mercadorias a respectiva Nota Fiscal para albergá-las.

Ademais, a imunidade recíproca estatuída no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal não alcança as prestações de serviços de transportes realizadas pela ECT, ensejando a incidência do imposto em tela, consoante Parecer nº 34/97 da lavra da Procuradoria Geral do Estado. Desta forma, não há como reconhecer a nulidade do procedimento instaurado suscitado pela Recorrente.

Desta forma, deve ser aplicada a sanção capitulada no art. 123, III, "a" da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 13.418/2003, *in verbis*:

"Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

III- relativamente à documentação e à escrituração:

a) entregar, remeter, transportar, receber, estocar ou depositar mercadorias, prestar ou utilizar serviços sem documentação fiscal ou sendo esta inidônea: multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da operação ou da prestação".

Diante do exposto, acosto-me aos fundamentos do julgamento de 1ª instância e Parecer da Consultoria Tributária. Rejeito a nulidade argüida em grau de preliminar e voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e confirmar a decisão condenatória proferida pelo julgador singular, de acordo com o Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É O VOTO.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO = R\$ 7.500,00

ICMS (12%) = R\$ 900,00

MULTA (30%) = R\$ 2.250,00

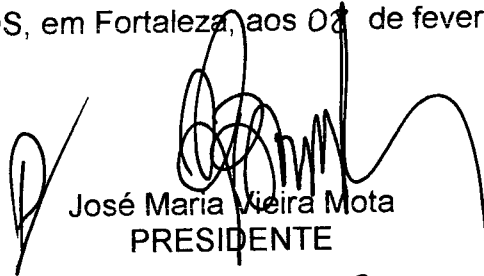
TOTAL A RECOLHER = R\$ 3.150,00

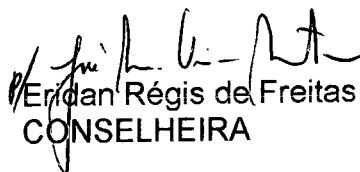
DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é Recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS** e Recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,

RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade argüida em grau de recurso, e também por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 02 de fevereiro de 2007.



José Maria Vieira Mota
PRESIDENTE


Eridan Régis de Freitas
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA RELATORA

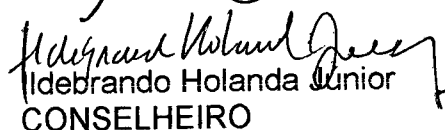

Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA

Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


Sandra Maria Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO

Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Idebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO